

Hyun Mo Yang

Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Processo 1998/14184-4

Vigência: 1/11/1999 a 31/5/2003

A dengue é causada por vírus transmitido pelo vetor *Aedes aegypti*, o qual, encontrando condições favoráveis, tornou-se um problema de saúde pública em nível nacional. Como existem muitos fatores influenciando a transmissão da dengue, é importante estudar a capacidade vetorial do *Aedes aegypti* em função das variações socioambientais. Utilizaremos métodos quantitativos para avaliar os possíveis efeitos acima e para estimar o impacto de diferentes metodologias de controle e de prevenção. Para tanto, será utilizada modelagem matemática por meio de sistemas dinâmicos determinísticos (equações diferenciais ordinárias e parciais) e estocásticos (equações diferenciais estocásticas e variacionais *fuzzy*). A importância dessas abordagens reside na sua complementaridade, isto é, estudam o comportamento da epidemia em alta prevalência, ao mesmo tempo em que se focalizam a baixa endemicidade por meio da transmissão nas vizinhanças. Uma vez que os modelos matemáticos de transmissão da dengue tenham sido adequadamente elaborados, far-se-á o ajuste dos parâmetros baseados nos dados já obtidos e a simulação dos mesmos. Outros dados poderão ser coletados quando necessários. A última etapa será o estudo dos diferentes mecanismos de controle que possam discriminar as formas mais eficazes e eficientes, sejam elas isoladas ou em conjunto (teorias de controle ótimo). Os pesquisadores participantes têm larga experiência nas abordagens matemáticas análogas, e a reunião desses pesquisadores em empreender um projeto social desta envergadura, em cooperação com o agente de atuação reconhecidamente pública, somente poderá trazer muitos dividendos à sociedade em geral.

257

Estudo piloto para avaliação dos custos/benefícios associados ao tratamento integrado de água, esgotos e lixo pela Sabesp

Isak Kruglianskas

Faculdade de Economia, Administração

e Contabilidade de Ribeirão Preto

Universidade de São Paulo (USP)

Processo 1998/14183-8

Vigência: 1/11/1999 a 30/6/2000

O transporte e tratamento/deposição dos resíduos sólidos é um dos grandes problemas dos municípios brasileiros. Excluindo-se os resíduos industriais, de responsabilidade do próprio gerador, os demais resíduos necessitam ser avaliados e tratados de forma a gerar uma

possibilidade de incorporação de seu tratamento e deposição de forma econômica. No entanto, muitas questões devem permear essa análise, como aquelas relativas à forma de tarifação, às diferentes destinações, aos custos originados com o lixo urbano e, finalmente, aos custos/benefícios advindos de um tratamento eficiente de tais resíduos. A Sabesp, por outro lado, desde sua constituição, foi caracterizada como empresa de saneamento ambiental e, como tal, tem-se preocupado com a gestão de água e esgoto das cidades paulistas. No entanto, os resíduos sólidos ainda não foram objeto de um trabalho mais exaustivo por parte da empresa. A gestão integrada de recursos hídricos e resíduos sólidos carece, portanto, de uma avaliação de seus custos e benefícios gerados para a sociedade. A Sabesp utiliza um sistema de gestão de seus recursos por bacias hidrográficas, que deverá ser empregado como referencial para estas análises, por definir unidades estratégicas da empresa. Assim sendo, considerando-se uma abordagem multidisciplinar, este trabalho pretende ajudar na construção de uma metodologia de análise e estudo da gestão integrada dos resíduos sólidos e dos recursos hídricos.

258

Diagnóstico agroambiental para gestão e monitoramento da bacia hidrográfica do rio Jundiá Mirim

Jener Fernando Leite de Moraes

Instituto Agronômico de Campinas

Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento

de São Paulo (SAASP)

Processo 1998/14181-5

Vigência: 1/11/1999 a 31/10/2003

Como resultado da combinação da pressão populacional e de problemas de manejo dos recursos de solo e água, vários municípios têm estado sujeitos ao declínio acelerado da produtividade, que conduz à degradação ambiental e, principalmente, ao comprometimento da qualidade e quantidade de seus recursos hídricos. A microbacia hidrográfica do rio Jundiá-Mirim, situada nos municípios de Jundiá, Jarinu e Campo Limpo Paulista, constitui-se no principal manancial para abastecimento de água do município de Jundiá. Um levantamento prévio, conduzido pela prefeitura do município de Jundiá e o Instituto Agronômico de Campinas, nos principais afluentes do rio Jundiá-Mirim, identificou sérios problemas de degradação ambiental ao longo de suas margens, caracterizados pelo uso incorreto do solo, lixo, mineração e, principalmente, assoreamento de rios. O diagnóstico do meio físico da área (uso da terra, solo, topografia, erosão e sistema fundiário), a avaliação e monitoramento da qualidade e quantidade da água, associados à elaboração de um estudo de impacto ambiental, são fatores essenciais

para a definição de políticas públicas que atuem no sentido inverso ao do processo de degradação. A escolha das alternativas de uso sustentável do solo atenderá a múltiplos objetivos (geração de empregos, produção de alimentos básicos, minimização do uso de defensivos químicos e da estacionalidade do uso da mão de obra), conforme priorização dos tomadores de decisão (produtores rurais, representantes de organismos não governamentais e prefeitura do município). A parceria proposta neste projeto, entre o Instituto Agrônomo de Campinas e a prefeitura do município de Jundiaí, visa, em uma primeira instância, um levantamento e estudo conjunto com técnicos da prefeitura dos problemas de degradação agroambiental na bacia de captação e a elaboração de um planejamento do uso sustentável do solo, cujas diretrizes serão então implementadas pela prefeitura.

259

Programa de capacitação de agentes públicos e sociais para a formulação de políticas locais de regulação urbanística

Raquel Rolnik

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Camp)
Processo 1998/14180-9
Vigência: 1/11/1999 a 31/8/2002

O projeto tem por objetivo a estruturação de programa destinado a capacitar agentes públicos e sociais envolvidos diretamente no processo de elaboração e tomada de decisões sobre políticas urbanísticas locais, e, mais especificamente, regulação urbanística, para que este instrumental seja utilizado de forma a incidir sobre a exclusão territorial e equilíbrio ambiental das cidades. Pesquisa recém concluída, com financiamento FAPESP/Lincoln Institute of Land Policy (processo 97/05569-7), demonstra que, de uma forma geral, os municípios do Estado de São Paulo encontram-se desparelhados para lidar com as complexas implicações da regulação urbanística. A pesquisa revelou ainda que a aplicação dos instrumentos de planejamento urbano ganha eficácia quando o conjunto de atores envolvidos (governamentais e não governamentais) tem voz ativa no processo e se apropria do instrumental e seus efeitos. A pesquisa ora proposta procura, em sua primeira fase, conhecer melhor o repertório, demandas e pontos de vista dos distintos agentes envolvidos na definição das estratégias municipais de regulação e sua aplicação. Nos primeiros seis meses: 1) se consolidará a equipe técnica, se traduzirão os resultados da pesquisa “Impacto da aplicação de novos instrumentos urbanísticos em cidades do Estado de São Paulo” em conteúdos possíveis de programas de capacitação; 2) se definirá a tipologia de cidades semelhantes do ponto de vista urbanístico (com vistas a formular padrões de pro-

gramas); 3) se desenvolverá metodologia para realização de pesquisas qualitativas na segunda fase; 4) se consolidará um banco de dados interdisciplinar com a legislação e informações cartográficas, funcionais, estatísticas sobre as cidades pesquisadas; 5) se realizará consultoria sobre estratégias de comunicação. A segunda fase montará o programa de capacitação propriamente dito, testando-o em experiência-piloto.

260

Políticas de gestão de documentos, institucionalização e implantação de arquivos municipais no Estado de São Paulo

Pedro Luís Puntoni

Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap)
Processo 1998/14179-0
Vigência: 1/11/1999 a 29/2/2004

O projeto aqui apresentado está voltado para a administração pública municipal, na área do gerenciamento de informação, subárea de organização de arquivos. A lei federal nº 8159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, considera ser dever do poder público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos. Apesar das iniciativas do Conarq (Conselho Nacional de Arquivos), criado pela mesma lei, pouco têm sido feito no nível dos governos municipais. De fato, não existem estimativas de quantos municípios brasileiros possuem hoje arquivos públicos. No entanto, recente pesquisa sobre os arquivos municipais nas capitais revelou que apenas 11 delas, incluindo o Distrito Federal, possuem arquivos institucionalizados. E, no caso do Estado de São Paulo, temos informações de que, dos 645 municípios, somente 9 deles dispõem desse tipo de arquivo. Acreditamos que a gestão de documentos, entendida como o “conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes a sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para a guarda permanente” (tal como definido pela mesma lei, art. 3º), é atividade que interfere na eficiência e eficácia da administração dos municípios, uma vez que eles são a fonte primeira dos subsídios do diagnóstico, planejamento e intervenção da ação governamental municipal. Pretende-se, com isso, ampliar a visão predominante atualmente, de estrito caráter histórico-cultural, para uma política mais ampla de gestão de documentos. O projeto visa formular diretrizes básicas para a institucionalização, implantação, organização e operação dos arquivos municipais, objetivando suprir tecnicamente as administrações municipais. Resumidamente, tais diretrizes são: minuta genérica da lei de criação de arquivos municipais, minuta da norma de avaliação de documentos, elaboração de quadro de classificação de fundos genérico para os arqui-